



**RELATÓRIO
E CONTAS 2012**



**RELATÓRIO E CONTAS
2012**

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

ÍNDICE

A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO	3
1. Órgãos sociais	3
2. Âmbito	3
3. Enquadramento regulamentar	3
B. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. Perspetiva	4
2. Associados	5
3. Saúde	6
4. Ação Social	8
5. Atividade cultural	9
6. Serviços	10
7. Património	10
8. Finanças	10
9. Principais indicadores	15
10. Agradecimentos	15
11. Aplicação de resultados	15
12. Propostas	15
C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
1. Casa da Imprensa – Associação Mutualista	
Balanço a 31 de dezembro de 2012	17
Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2012	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa	19
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	20
2. Fundos autónomos	
Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2012	21
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2012	22
Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2012	23
D. ANEXO	24
E. PARECER DO CONSELHO FISCAL	36
1. Parecer	37

A.

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: José Luiz Jacinto Fernandes (associado n.º 217)

1.º Secretário: Francisca Maria Beato Leal (433)

2.º Secretário: Eunice Maria N. Lourenço (1499)

Suplentes:

Orlando César Antunes Gonçalves (199),

Jorge Alberto Monteiro de A. Vilas (756) e

José Carlos Ribeiro Martins Fialho de Oliveira (1739).

Conselho de Administração

Presidente: José Eduardo Goulart Machado (181)

Vice-presidente: Lurdes Jesus Fernandes Ferreira (339)

Vogal: Carlos Manuel Leão Marques Lobato (477)

Vogal: Sandro Domingos Fernandes Arruda (800)

Vogal: Maria Margarida Morgado Santos Gomes (1630)

Suplentes:

José António Neves Veloso Domingues (1133),

Ana Paula Neves Ferreira (1746),

José António da Câmara Pimenta de França (1541) e

Joana Rute Ribeiro Pinto Coelho (5049)

Conselho Fiscal

Presidente: Nuno José Neves Afonso Ribeiro (248)

Secretário: Helder Eduardo Abreu Carvalho Martins (515)

Relator: Inês Almada Cardoso Rapazote F. Teixeira (1025)

Suplentes:

Luís Manuel Aguiar Reis Pinto (1351) e

José Alberto da Silva Magalhães (736)

Conselho Geral

Membros eleitos:

Paulo Manuel Fernandes da Silva (857),

António Joaquim dos Santos (56),

João Joaquim Gomes (25),

Armando Pereira da Silva (49),

Joaquim José da Conceição Letria (685),

António Ribeiro Cristóvão (270),

José Taveira Leite Pereira (211),

Armando Marques de Carvalho (119),

Maria Noélia Serra Oliveira Dias (358),

Jaime Marques de Almeida (940),

Maria Luisa Manteigas Ribeiro (133) e

Otília Conceição Leitão Carvalho (278).

2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista (Casa da Imprensa), tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24

de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925, foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa de Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará em 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, Casa da Imprensa, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A Casa da Imprensa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2011.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Casa da Imprensa subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 17 de novembro de 2011, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 40º, à inscrição n.º 16/81, a fls. 14 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios aprovado em Assembleia Geral de 17 de novembro de 2011, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 41 à inscrição n.º 16/81, a fls. 14 verso e 33 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista submeter à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2012.

Além do balanço global do ano, que destaca as prioridades do trabalho desenvolvido e perspetiva a orientação da ação futura (capítulo 1, nesta página), o Relatório apresenta, de modo resumido, fatural e objetivo, o que, no entender do Conselho de Administração, mais caracterizou a associação e a atividade desenvolvida ao longo

1. PERSPETIVA

A atividade da Casa da Imprensa em 2012 foi fortemente marcada pela entrada em vigor dos novos Estatutos e Regulamento de Benefícios, em março.

Entre outros aspetos relevantes, os novos Estatutos consagram a igualdade de direitos individuais de todos os associados e aumentam o limite de idade para a admissão de novos associados e para a subscrição das modalidades mutualistas, nomeadamente as da saúde.

No novo Regulamento de Benefícios as principais alterações produziram-se na modalidade de Internamento Hospitalar, com o aumento das comparticipações das despesas de hospitalização e a inclusão dos associados que antes estavam excluídos por razões de idade.

O novo quadro estatutário e regulamentar definiu as prioridades da ação do Conselho de Administração, com o objetivo de fazer a maior divulgação possível das alterações e garantir o atendimento dos associados, especialmente durante o período extraordinário aberto para a subscrição da modalidade de Internamento Hospitalar pelos associados com mais de 65 anos.

No final do ano a modalidade tinha mais 416 subscritores do que no ano anterior, um crescimento de quase 90 por cento.

A distribuição do “cartão de saúde” e a divulgação das vantagens que lhe estão associadas, como benefícios extra-regulamentares, esteve também na primeira linha da atividade desenvolvida.

A experiência dos primeiros meses conduziu à introdução de alterações das regras de utilização do cartão e, além do acesso a uma rede nacional de prestadores de cuidados de saúde, com um desconto médio de 43 por cento relativamente aos preços geralmente praticados

do ano (capítulos 2 a 8, pág. 5 e seguintes).

Por imposição legal, as demonstrações financeiras (Seção C, pág. 16 e seguintes) adotam pela primeira vez o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), garantindo-se no entanto a comparabilidade, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício anterior.

No Anexo ao Relatório de Gestão (Seção D, pág. 27 e seguintes) são explicitados os conceitos da política contabilística e os ajustamentos feitos na adaptação ao novo normativo.

para particulares, foi fixado um limite máximo para o preço das consultas.

Simultaneamente com o alargamento dos benefícios, pretendeu-se garantir o equilíbrio financeiro de todas as modalidades mutualistas. Este objetivo foi plenamente conseguido e todas as modalidades fecharam o ano com resultados líquidos positivos, que confirmam e ultrapassam as previsões feitas com base nos estudos económicos que sustentaram a revisão do Regulamento de Benefícios.

O Conselho de Administração considera que estão criadas as condições para novas melhorias dos benefícios, cujas propostas apresentará aos associados no primeiro semestre de 2013 e que concretizam as linhas gerais de orientação estratégica que obtiveram o parecer favorável do Conselho Geral e o programa de ação aprovado pela Assembleia Geral em novembro.

2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2012 a Casa da Imprensa tinha 1884 associados, mais três que no final do ano anterior.

Ao longo do ano foram admitidos 115 novos candidatos, mas dez associados faleceram e 32 anularam a inscrição. Outros 79 associados foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas.

Do total de inscritos, 1103 eram associados efetivos (jornalistas, no ativo ou na reforma) e 781 associados

participantes, dos quais oito eram pensionistas do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

Dos 781 associados participantes, 700 eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam 95,7 por cento do total de associados.

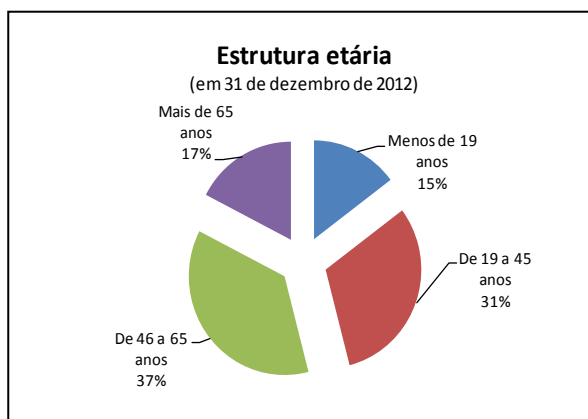
O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas e a distribuição da massa associativa por categoria de associado e relação de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Categorias de associados	31-12-2011	Movimento entre as datas					31-12-2012
		Admissões	Falecimentos	Eliminações	Desistências	Readmissões / Mudança de categoria	
Associados Efectivos	1155	19	9	54	14	6	1103
Familiares de Assoc. Efectivos:							
- Cônjuges	245	33	1	5	6	-7	259
- Cônjuges Sobrevivos	31	1		3	1	6	34
- Ascendentes	4	1				-1	4
- Filhos	395	30		16	8	2	403
Associados Participantes	51	14		1	3	1	62
Familiares de Assoc. Particip.:							
- Cônjuges		3				1	4
- Filhos		6				1	7
Associados Pens. FASC		8					8
Total Associados	1881	115	10	79	32	9	1884

Os homens estão em maioria entre os inscritos, com 993 associados (52,7%), contra 891 mulheres (47,3%).

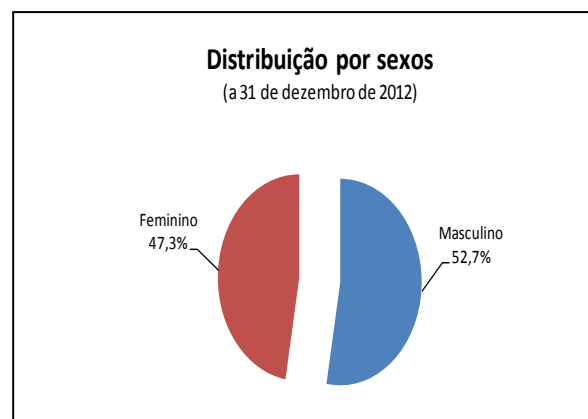
Mais de dois terços do total de inscritos (1277 associados, 67,8%) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. O número de crianças e jovens (até aos 18 anos) e o de *seniores*, com mais de 65 anos, quase se equivaliam com 14,8 por cento e 17,5 por cento do total, respetivamente.



Oitenta por cento dos associados da Casa da Imprensa residem na área metropolitana de Lisboa.

Na capital moram 788 associados (42% do total), nos concelhos de Cascais, Sintra e Loures, 541 (28,7%) e na Margem Sul, 150 (8,0%). No Porto são 352 os associados (19% do total).

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por escalão etário e por sexos:



Subscritores das modalidades mutualistas

Em dezembro de 2012 todos os associados subscreviam as modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

No último dia do ano a modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 889 subscritores (mais 87,9 por cen-

to que os 473 de dezembro de 2011).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 643 subscrições ativas (menos 36).

O quadro seguinte apresenta o número de subscrições ativas por modalidade:

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS				
Modalidades	31-12-2012	31-12-2011	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	1884	1881	3	0,2%
Cuidados de Saúde Primários	1884	1879	5	0,3%
Internamento Hospitar	889	473	416	87,9%
Capital Pagável por Morte	643	679	-36	-5,3%

Associados falecidos

Durante o ano faleceram dez associados, a cuja memória a Casa da Imprensa presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos e a data de falecimento:

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2012

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Adelino Duarte Alves	5	Efectivo	20-07-2012
David Gonçalves Lopes	44	Efectivo	12-01-2012
Manuel Guilherme do Nascimento Pereira Lage	187	Efectivo	29-12-2012
Luís Filipe Nascimento Nunes Duarte	367	Efectivo	24-06-2012
Fernando Manuel Oliveira Dias	464	Efectivo	01-12-2011
Manuel Carlos Câncio Matos Veiga	480	Efectivo	01-09-2012
Fernando Manuel Carneiro Pereira	574	Efectivo	25-06-2012
José Carlos Jorge Coelho Dias	627	Efectivo	29-01-2012
Manuel António Mota de Pina	730	Efectivo	19-10-2012
Gracinda Tiago Veiga Bravo	5359	Participante (Cônjuge)	02-08-2012

3. SAÚDE

O novo Regulamento de Benefícios (RB), que entrou em vigor em 1 de março de 2012, e a distribuição aos associados do “cartão de saúde” alteraram substancialmente os serviços de saúde prestados pela Casa da Imprensa.

As consequências diretas da alteração do RB produziram-se principalmente na modalidade de Internamento Hospitalar.

Antes, apenas podiam subscrever a modalidade os associados até 55 anos de idade (60 anos os que no momento da subscrição fossem associados há pelo menos dez anos).

A comparticipação máxima da Casa da Imprensa nas despesas era de 3.000 euros por internamento/cirurgia. Por regra, eram comparticipáveis as despesas realizadas em estabelecimentos de saúde privados sem fins lucrativos. Nos restantes, a diferença era suportada pelo associado.

O limite da comparticipação por parto era de 750,00 euros.

O período de carência, após a adesão, era de 12 meses.

Com o novo Regulamento, a idade máxima no momento da subscrição passou para 65 anos, mas foi aberto um período extraordinário de seis meses durante o qual todos os associados inscritos até 28 de fevereiro de 2012 puderam aderir à modalidade.

A comparticipação máxima das despesas de hospitalização (internamento e honorários médicos) passou a ser de 10.000,00 euros por ano (1.500,00 euros para os partos), dentro da rede convencionada, com uma franquia de 250,00 euros (500,00 nos partos).

O período de carência passou, regra geral, para 90 dias, sendo de 300 ou 360 dias em casos de doenças graves ou pré-existentes. Não há período de carência nos casos de urgência em consequência de acidente nem quando,

no momento da adesão, o aderente prove que tinha um seguro de saúde com a cobertura de hospitalização. A rede convencionada (a Rede Global da AdvanceCare)

“Cartões de saúde”

Na modalidade de Cuidados de Saúde Primários mantiveram-se todas as garantias regulamentares, mas a distribuição do “cartão de saúde” acrescentou mais opções às condições até então vigentes.

Além dos serviços de saúde da Casa da Imprensa e de dezenas de prestadores de serviços diretamente convencionados pela CI, os associados passaram a ter acesso à rede da AdvanceCare para consultas, exames clínicos e tratamentos, bem como para a aquisição de produtos e outros serviços de saúde.

Nos postos clínicos da associação os preços das consultas mantiveram-se (9,00 euros as consultas de clínica geral e 25,00 euros as de outras especialidades na Sede, máximo de 45,00 euros nas pequenas cirurgias). Nas consultas externas com prestadores diretamente convencionados com a Casa da Imprensa o preço das credenciais aumentou de 25,00 para 30,00 euros.

As prescrições feitas pelos médicos da Casa da Imprensa conferem o direito às comparticipações do Serviço Nacional de Saúde e a associação mantém acordos com duas farmácias em Lisboa e uma no Porto que concedem descontos na venda de medicamentos e de outros produtos.

Com a utilização do “cartão de saúde” os associados passaram a beneficiar de descontos no preço dos serviços de milhares de outros prestadores de cuidados de saúde.

Os descontos, acordados diretamente entre cada prestador de serviços e a AdvanceCare, sem intervenção da Casa da Imprensa, são variáveis. Em abril de 2012, em 95 por cento da rede, e entre os prestadores mais relevantes, o desconto médio era de 43 por cento relativamente aos preços praticados para particulares.

A partir de outubro, com a utilização do respetivo car-

tem milhares de prestadores de cuidados de saúde (nomeadamente médicos e unidades hospitalares) em todo o país.

tão, os subscritores da modalidade de Internamento Hospitalar passaram a beneficiar da fixação de um preço máximo nas consultas em ambulatório na rede AdvanceCare.

A utilização do cartão não esteve todavia isenta de dificuldades. A sua distribuição demorou mais tempo do que o inicialmente previsto e cerca de uma dezena de associados reportaram aos serviços da Casa da Imprensa informações de prestadores ou da rede não coincidentes com as condições acordadas.

Uma amostragem aleatória confirmou no entanto que os preços praticados correspondiam aos descontos anunciados (na maior parte dos casos rondando os 40 por cento relativamente aos preços para particulares).

Quanto às dúvidas suscitadas, por duas vezes foi distribuída a todos os associados e publicada na página da Casa da Imprensa na internet informação pormenorizada sobre as condições acordadas e os procedimentos a adotar na utilização do cartão.

As novas condições contratuais que entraram em vigor em outubro tiveram em conta as dúvidas e sugestões recebidas e introduziram condições mais claras e vantajosas, nomeadamente com a fixação de preços máximos das consultas de ambulatório para os subscritores da modalidade de Internamento Hospitalar. No final do ano ficaram também concluídas as negociações para a extensão destas condições aos subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

De acordo com as novas condições acordadas, as consultas programadas passaram a ter o preço máximo de 35,00 euros e as consultas de urgência, 50,00 euros. Passa a ser possível também requisitar consultas domiciliárias, com o preço máximo de 35,00 euros.

O quadro seguinte mostra o número de consultas realizadas nos dois postos, em Lisboa e Porto. Os dados respeitam apenas a consultas com associados da CI.

CONSULTAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA

Consultas	2012			2011			Dif ^a	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Clínica Geral	1.684	350	2.034	1348	280	1628	406	24,9%
Outras especialidades	731		731	616		616	115	18,7%
Dermatologia	115		115	120		120	-5	-4,2%
Oftalmologia	182		182	164		164	18	11,0%
Ortopedia	37		37	37		37	0	0,0%
Otorrinolaringologia	97		97	42		42	55	131,0%
Nutricionismo	28		28			0	28	
Psicologia	140		140	127		127	13	10,2%
Psiquiatria	111		111	122		122	-11	-9,0%
Urologia	21		21	4		4	17	425,0%
Total Consultas	2.415	350	2.765	1.964	280	2.244	521	23,2%

A especialidade mais procurada foi a medicina geral e familiar, com 2.034 consultas, das quais 1.684 em Lisboa e 350 no Porto. Estes números incluem 50 consultas realizadas no âmbito do programa de *check-up* gratuito. Na Sede, em Lisboa, realizaram-se também 731 consul-

tas de outras especialidades médicas, bem como de psicologia e de nutricionismo (a partir de novembro). No ano anterior tinha havido 616 consultas.

Igualmente na Sede, foram feitas 54 pequenas cirurgias, conforme se pode ver no quadro seguinte:

PEQUENAS CIRURGIAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA

Pequenas Cirurgias	2012			2011			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Dermatologia	39		39	32		32	7	21,9%
Outras	15		15	4		4	11	275,0%
Total Pequenas Cirurgias	54		54	36		36	18	50,0%

Durante o ano foram emitidas 1.191 credenciais para consultas e tratamentos externos, com médicos e em estabelecimentos diretamente convencionados pela CI, menos 191 consultas (-13,8%) do que no ano anterior. A esta evolução não é indiferente o facto de os associados

terem passado a utilizar o “cartão de saúde”, podendo escolher médicos e estabelecimentos de proximidade.

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas por especialidade em favor de prestadores de serviços de Lisboa e do Porto:

CONSULTAS E TRATAMENTOS EM MÉDICOS/ESTABELECIMENTOS CONVENCIONADOS DIRETAMENTE COM A CI

Credenciais	2012			2011			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nº)	(%)
Alergologia	17	10	27	25	9	34	-7	-20,6%
Cardiologia	62	3	65	70	4	74	-9	-12,2%
Cirurgia Geral	10	5	15			0	15	
Dermatologia	2	5	7	4	20	24	-17	-70,8%
Gastroenterologia	14	7	21	23	2	25	-4	-16,0%
Ginecologia	138	17	155	129	16	145	10	6,9%
Neurologia/Neurocirurgia	42	3	45	58	1	59	-14	-23,7%
Oftalmologia	7	64	71	3	72	75	-4	-5,3%
Ortopedia	9	25	34	17	20	37	-3	-8,1%
Otorrinolaringologia	35	23	58	46	34	80	-22	-27,5%
Pediatria	10	34	44	18	63	81	-37	-45,7%
Psiquiatria	0	9	9	2	20	22	-13	-59,1%
Reumatologia	7		7	11	0	11	-4	-36,4%
Urologia	49	3	52	71	20	91	-39	-42,9%
Cons./Trat. Estomatologia	290	233	523	290	250	540	-17	-3,1%
Cons./Trat. Fisioterapia	41	5	46	80	2	82	-36	-43,9%
Outros (consultas e tratamentos)	9	3	12	2	0	2	10	500,0%
Total	742	449	1.191	849	533	1.382	-191	-13,8%

Melhoria dos benefícios

Apesar do aumento dos encargos diretos com os benefícios concedidos e da maior procura de serviços, as duas modalidades de saúde tiveram resultados positivos no exercício de 2012, tal como se pode ver no capítulo sobre Finanças deste relatório (pág. 10 e seguintes).

O Conselho de Administração considera que estão assim criadas condições para uma melhoria de benefícios a concretizar em 2013.

No caso dos Cuidados de Saúde Primários, no final de 2012 ficaram negociadas novas alterações às condições de utilização do “cartão de saúde”, que entrará em vigor no primeiro trimestre de 2013.

No caso da modalidade de Internamento Hospitalar, as propostas para a evolução da modalidade serão submetidas à apreciação dos associados nos termos previstos nos Estatutos.

4. AÇÃO SOCIAL

Os Serviços Sociais mantiveram em 2012 um nível de atividade semelhante ao registado no ano anterior.

O agravamento da situação social no setor da comunicação social, com elevado número de despedimentos e

rescisões de contratos, redução salarial e maior precariedade de emprego, colocaram uma acentuada pressão sobre a Casa da Imprensa.

Durante o ano a assistente social realizou 55 entrevistas

individuais e recebeu 36 beneficiários do Fundo de Ação Social (FAS), associados ou não na Casa da Imprensa. Foram também realizadas duas visitas domiciliárias.

Através dos Serviços Sociais foram atribuídos oito subsídios mensais (menos um do que no ano anterior) e seis subsídios pontuais (+4) para, nos termos do Regulamento de Benefícios, responder a situações de risco social

agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial.

Foram também atribuídos cinco subsídios reembolsáveis (mais dois do que no ano anterior), além de um subsídio para o pagamento de quotas.

O quadro seguinte sintetiza os apoios apoiados pelo FAS:

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE APOIO SOCIAL

Ação do FAS	2012		2011	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)
Subsídios mensais atribuídos	8	32.500,00	9	29.000,00
Subsídios pontuais atribuídos	6	4.010,06	2	1.800,00
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	7	4.652,25	5	5.629,84
Subsídio para pagamento de quotas	1	56,10	1	255,00
Total a fundo perdido	22	41.218,41	17	36.684,84
Subsídios reembolsáveis	5	19.800,00	3	5.500,00

Conforme previsto no Regulamento de Benefícios, o FAS comparticipou o pagamento de quotas das modalidades de saúde de familiares de associados efetivos (jornalistas). A comparticipação é limitada às quotas de dois familiares na modalidade de Cuidados de Saúde Primários e um na modalidade de Internamento Hospitalar (sem prejuízo das situações existentes à data de entrada em vigor do novo RB), sendo de 50% ou 100% conforme se trate de familiares maiores ou de dependentes com menos de 18 anos ou a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

O custo das comparticipações ascendeu a 45.972,00 euros.

Com o apoio do FAS foram comparticipados exames complementares de diagnóstico não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas que os médicos da Casa da Imprensa consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes, bem como tratamentos resultantes de doenças de alto risco e alto custo. Nos termos regulamentares, alguns destes apoios foram propostos pelos serviços sociais, atendendo à situação de recursos dos beneficiários.

No conjunto estes apoios totalizaram 15.056,13 euros.

5. ATIVIDADE CULTURAL

No âmbito da sua atividade cultural, a Casa da Imprensa realizou durante o ano três exposições de pintura, que estiveram patentes ao público no salão nobre da sede associativa, em Lisboa: “Pintura Encaixada”, de Gila, em janeiro; “A Vol d’Oiseau – As the Crow Flies”, de Rui Cunha Cunha Viana, em março; e, em colaboração com a associação cultural MAPA, “Interloquções – Manhãs adiante”, que reuniu trabalhos (de desenho e pintura) de Carmo Romão, Rogério Mourta e Tiago Serpa.

A modalidade de Solidariedade Associativa atribuiu subsídios de bolsas de estudo, no valor de 750,00 euros cada, a seis associados (4.500 euros no total).

De acordo com o Regulamento de Benefícios, as bolsas são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos dependentes a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar pagou subsídios por morte e pensões de reforma e sobrevivência no valor de 50.127,98 euros.

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de segurança social referidos no instrumento de integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa. Em 31 de dezembro de 2012 o grupo fechado era constituído por nove jornalistas/pensionistas e 20 cônjuges sobreviventes.

No final do ano a Casa da Imprensa concluiu a negociação para o acesso dos seus associados, a partir do primeiro trimestre de 2013, ao serviço de Teleassistência da Cruz Vermelha Portuguesa.

Em novembro, igualmente na sede, foram feitas duas representações de “Kabaret Keuner”, uma peça levada à cena pelo Teatro da Rainha, a partir de “As Histórias do Senhor Keuner”, de Bertolt Brecht, com encenação de Fernando Mora Ramos e interpretação de José Carlos Faria.

O salão Artur Portela acolheu diversas outras iniciativas, com destaque para uma série de três debates e um workshop com o tema genérico “Jornalismo em tempo

de crise”, organizados ao longo do ano pelo Fórum de Jornalistas com o apoio da Casa da Imprensa.

Destaque também para o lançamento do livro “Os meus 50 anos no Diário de Notícias”, uma coletânea de crónicas de Fernando Pires, ex-chefe de redação daquele matutino e ex-presidente da Casa da Imprensa. A obra foi editada pela JM Edições, em colaboração com a Casa da Imprensa.

6. SERVIÇOS

A revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios da associação e as constantes alterações de procedimentos necessárias para dar cumprimento a novas obrigações legais, nomeadamente no reporte de informação para as autoridades administrativas, colocaram especial pressão sobre os serviços da Casa da Imprensa durante o ano de 2012.

As prioridades dos serviços foram para a divulgação das alterações estatutárias e das condições de acesso aos benefícios e para o atendimento dos associados.

Durante o ano foi concluído o redesenho da rede infor-

A exemplo dos anos anteriores, a Casa da Imprensa manteve a colaboração com a Fundação AstraZeneca e a Associação ENCONTRAR+SE na atribuição do Prémio de Jornalismo na área de Saúde Mental. A edição de 2012 foi ganha pela reportagem “Jogos de Mente”, assinada pela equipa da TVI constituída pela jornalista Raquel Matos Cruz, pelo repórter de imagem Júlio Barulho e pelo editor de imagem Vasco Crespo.

mática, em Lisboa e no Porto, sendo adotada uma nova versão do *software* de gestão e melhoradas as comunicações.

A página da Casa da Imprensa na internet passou a ter uma área reservada aos associados, com registo prévio.

Foi iniciada uma reorganização dos serviços administrativos, com a nomeação da Dra. Luísa Pereira como diretora administrativa e financeira, com a tutela de todos os serviços administrativos. Iniciou-se também a preparação de um manual de procedimentos, a prosseguir em 2013.

7. PATRIMÓNIO

A administração fiscal atualizou o valor patrimonial tributável (VTP) do prédio da Rua do Loreto e das instalações da Delegação do Porto, propriedades da Casa da Imprensa. Nos termos legais, estas alterações não foram refletidas em balanço, nomeadamente por não ainda não ter sido reavaliada a sede da associação.

Durante o ano procedeu-se a diversas obras de repara-

ção e manutenção das instalações, principalmente no prédio da R. do Loreto.

No final do ano a Casa da Imprensa procedeu à denúncia de um dos contratos de arrendamento e preparou, com o apoio dos advogados da associação, as propostas para a alteração de outros dois, incluindo o cinema, a apresentar no início de 2013.

8. FINANÇAS

As demonstrações financeiras incluídas neste relatório adotam pela primeira vez o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL).

O novo normativo está em vigor desde 2011 e substituiu o anterior Plano de Contabilidade para as Associações Mutualistas (PCAM). Esgotado o prazo de derrogação, a sua adoção era obrigatória no exercício de 2012.

Para garantir a comparação com as contas anteriores,

fez-se também a adequação ao novo normativo de todos os rendimentos e gastos de 2011.

O ativo total a 31 de dezembro era de 16.858.744,77 euros (16.644.820,90 euros em 2011).

As contas do exercício de 2012 evidenciam um resultado líquido positivo de 39.759,10 euros, que compara com um resultado de -13.268,02 euros em 2011 (valor corrigido com adoção do SNC), uma diferença de 53.317,12 euros (393,3%), conforme se pode ver no quadro seguinte:

RESULTADOS LÍQUIDOS (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)

	2012 (€)	2011 (€)	Dif ^a	
			(€)	(%)
Resultado líquido	39.759,10	-13.268,82	53.027,92	-399,6%

O quadro seguinte sintetiza a conta de exploração, sistematizando os principais agregados à natureza e fun-

ções da Casa da Imprensa para a sua melhor compreensão (valores de 2011 reexpressos de acordo com o SNC):

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

<i>Designação</i>	2012	2011	Difª (€)	Difª (%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	308.265,34	288.706,13	19.559,21	6,8%
Quotizações e jóias	219.914,75	208.099,45	11.815,30	5,7%
Credenciais e senhas de consulta	82.485,41	80.606,68	1.878,73	2,3%
Provisões específicas do sector	5.865,18	0,00	5.865,18	
Proveitos comuns	346.201,04	321.269,46	24.931,58	7,8%
Vendas	911,40	312,60	598,80	191,6%
Prestações de serviços	132.474,32	140.276,42	-7.802,10	-5,6%
Subsídios, doações e legados	29.706,51	31.065,95	-1.359,44	-4,4%
Outros rendimentos e ganhos	102.018,88	71.752,99	30.265,89	42,2%
Juros e outros rendimentos similares	81.089,93	77.861,50	3.228,43	4,1%
Total de rendimentos e ganhos	654.466,38	609.975,59	44.490,79	7,3%
Custos diretos das modalidades mutualistas	200.856,14	161.740,14	39.116,00	24,2%
Subsídios, donativos, bolsas de estudo (SA+CPM)	7.700,00	5.100,00	2.600,00	51,0%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	35.933,78	18.619,43	17.314,35	93,0%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	144.864,69	122.859,65	22.005,04	17,9%
Outros custos inerentes a associados (CSP)	12.357,67	11.936,57	421,10	3,5%
Provisões específicas do sector (CPM)	0,00	3.224,49	-3.224,49	-100,0%
Custos comuns	413.851,14	461.504,27	-47.653,13	-10,3%
Custo das vendas	882,84	202,14	680,70	336,7%
Fornecimentos e serviços externos	131.839,76	182.384,98	-50.545,22	-27,7%
Custos com o pessoal	217.831,62	216.061,26	1.770,36	0,8%
Gastos de depreciação e amortização	53.609,44	46.658,13	6.951,31	14,9%
Perdas por imparidade	382,51	0,00	382,51	
Outros gastos e perdas	9.304,97	16.197,76	-6.892,79	-42,6%
Total de gastos e perdas	614.707,28	623.244,41	-8.537,13	-1,4%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	39.759,10	-13.268,82	53.027,92	-399,6%

Os rendimentos e ganhos totalizaram 654.466,38 euros, que comparam com 609.975,59 euros apurados em 2011, uma diferença de 44.490,79 euros (+7,3%).

Daquele montante, 308.265,34 euros (47,1% do total de rendimentos e ganhos) resultam do esforço direto dos associados, correspondendo ao valor pago em joias e quotas (219.914,75 euros) e em credenciais e senhas de consultas (82.485,41 euros).

Os proveitos indiretos (comuns às diversas modalidades mutualistas) totalizaram 346.201,04 euros (52,9% do total de rendimentos e ganhos), com destaque para a prestação de serviços (132.474,32 euros) e os ganhos financeiros (81.089,93 euros). Os rendimentos prediais, incluídos na rubrica “outros rendimentos e ganhos”, ascenderam a 78.341,50 euros.

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas ascenderam a 200.856,14 euros (32,7% do total de gastos e perdas), o que representa um acréscimo de 39.116,00 euros (+24,2%) relativamente aos 161.740,14 euros registados em 2011.

Daquele total, 7.700,00 euros respeitam a bolsas de estudo e subsídios pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital Pagável por Morte (CPM), 157.222,36 euros (78,3% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) e 35.933,78 euros (17,9%) são imputáveis à modalidade de Internamento Hospitalar.

Os custos comuns às modalidades mutualistas correspondem a 67,3 por cento do total de gastos e perdas,

passando de 461.740,14 euros em 2011 para 413.851,14 euros em 2012, uma redução de 47.653,33 euros (-10,3%).

Os custos comuns mais significativos continuam a ser os relativos a pessoal (217.831,62 euros), que se mantiveram estáveis em 2012, e os fornecimentos e serviços externos, que tiveram uma redução de 50.545,22 euros (-27,7%) ao passarem de 182.384,98 euros em 2011 para 131.839,76 euros em 2012.

Na imputação às modalidades dos custos e proveitos comuns foram adotados critérios que garantem a autonomia de cada uma delas, no respeito pelas disposições legais e impedindo a subsídio de umas modalidades pelas outras.

Na comparação das contas do exercício de 2012 com as do ano anterior destaca-se o aumento do peso relativo dos custos diretos dos benefícios e uma diminuição do peso dos custos indiretos, nomeadamente os custos administrativos. Os primeiros passaram de 25,9 por cento dos gastos e perdas totais em 2011 para 32,7 por cento em 2012, enquanto os segundos tiveram uma redução de 74,1 por cento em 2011 para 67,3 por cento dos custos totais apurados em 2012.

As maiores variações registam-se nas despesas com Cuidados de Saúde Primários (mais 22.426,14 euros, correspondentes a um aumento de 16,6 por cento) e de Internamento Hospitalar (mais 17.314,35 euros, um acréscimo 93 por cento).

Os custos indiretos, pelo contrário, tiveram uma redução de 47.653,13 euros (-10,3%), principalmente devido

ao decréscimo dos gastos com fornecimentos e serviços externos, da ordem dos 50.545,22 euros (-27,7%).

Destaca-se também a evolução da cobrança de quotas. As receitas provenientes de joias e quotas aumentaram 11.815,30 euros (+5,7%). Refletidas nesta rubrica, as dívidas de associados que deixaram a associação tiveram uma redução de 4.486,20 euros (-27,5%), passando de 16.341,20 euros em 2011 para 11.855,00 euros em 2012.

O fecho de contas do exercício apresenta um desvio positivo de 37.353,70 euros (+1.552,9%) relativamente ao orçamento aprovado pela Assembleia Geral de associados em 21 de dezembro de 2011.

Entre os factos que mais concorreram para este desvio destaca-se a receita resultante da consignação do IRS. Por falta de histórico, esta receita não foi orçamentada, mas a solidariedade de 438 contribuintes que destinaram à Casa da Imprensa uma quota correspondente a 0,5% do IRS liquidado sobre os seus rendimentos de 2011 gerou um ganho suplementar de 28.012,91 euros.

Resultados das modalidades

Todas as modalidades mutualistas apresentam resultados líquidos positivos, conforme o quadro seguinte:

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

	2012 (€)	2011 (€)	Difª	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	9.240,72	4.769,23	4.471,50	93,8%
Cuidados de Saúde Primários	3.100,14	-19.367,49	22.467,62	116,0%
Internamento Hospitalar	10.226,97	599,16	9.627,81	1606,9%
Capital Pagável por Morte	17.191,27	441,08	16.750,18	3797,5%
Total	39.759,10	-13.558,02	53.317,12	393,3%

A modalidade de Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez por acidente e que suporta as iniciativas culturais, teve um resultado líquido positivo de 9.240,72 euros, que compara com os 4.769,23 euros apurados em 2011. Os proveitos totais da modalidade ascenderam a 30.890,91 euros, para um volume de gastos e perdas de 21.650,18 euros. A 31 de dezembro o respetivo fundo apresentava um saldo de 40.633,94 euros.

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) teve um resultado líquido de 3.100,14 euros (-19.367,49 euros em 2011). Os proveitos totais ascenderam a 495.668,72 euros, apurando-se um total de gastos e perdas de 492.568,57 euros. O valor patrimonial do Fundo Próprio respetivo era de 1.457.252,65 euros a 31 de dezembro.

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH), cujo nível de responsabilidades aumentou com a entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios, em março, registou um resultado líquido de 10.226,97 euros, acima

A execução orçamental beneficiou igualmente da anulação de reservas matemáticas e do seu não reforço durante o exercício, em resultado do estudo atuarial da modalidade de Capital Pagável por Morte realizado no final do ano. A conjugação destes dois fatores teve um impacto positivo nas contas de 11.190,32 euros.

A rotação de investimentos e a realização de mais valias com a alienação de títulos permitiram também ganhos financeiros suplementares.

Pelo contrário, a antecipação de alguns custos, resultando da harmonização de critérios para a contabilização de depreciações, tiveram um impacto negativo nos resultados.

A gestão orçamental permitiu o aumento da despesa relativa à melhoria de benefícios das modalidades de saúde, a realização de obras de manutenção e de beneficiação que estavam identificadas como necessárias e o reforço das verbas destinadas a aquisição de equipamentos.

dos 599,16 contabilizados no ano anterior. O total de proveitos foi de 97.201,21 euros e os custos globais, 86.974,24 euros. O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 57.796,31 euros.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado, atrás justificado, foi de 17.191,27 euros (441,08 euros em 2011). O Fundo Permanente da modalidade apresentava a 31 de dezembro um património líquido de 315.302,10 euros, com provisões matemáticas de 166.367,93 euros (um grau de cobertura de 189,52 por cento).

O valor contabilístico do conjunto dos fundos mutualistas era em 31 de dezembro de 2012 de 1.808.160,29 euros, menos 20.004,14 euros (-1,1%) que o apurado no fecho do exercício anterior.

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2012 (antes da aplicação de resultados do exercício de 2012, que se segue a este relatório):

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

	2012 (€)	2011 (€)	Dif ^a	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	40.633,94	36.341,63	4.292,31	11,8%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	1.457.252,65	1.476.620,13	-19.367,48	-1,3%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	57.796,31	57.257,07	539,24	0,9%
Fundo Permanente Capitais por Morte	252.477,39	257.945,60	-5.468,21	-2,1%
Total	1.808.160,29	1.828.164,43	-20.004,14	-1,1%

Fundos autónomos

O Fundo de Ação Social (FAS), que suporta a ação social em favor dos jornalistas e seus familiares, teve um resultado líquido no exercício de 301.344,06 euros, correspondente a 54,2 por cento do rendimento total líquido de encargos administrativos e financeiros e da inflação. A 31 de dezembro, o saldo do fundo era de 13.846.274,74 euros.

A verba total utilizada ao abrigo do Regulamento de Benefícios ascendeu a 270.625,86 euros, que compara com o total de custos operacionais de 231.411,22 do exercício de 2011 (mais 39.214,64 euros, ou 14,5 por cento) e é inferior em 4.318,46 euros (-1,6%) ao valor orçamentado.

No total de gastos inclui-se uma dotação extraordinária de 34.675,00 euros destinada a reforçar o Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), feita ao abrigo

do Regulamento de Benefícios e das normas respeitantes à integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa.

Após o reforço atrás referido, a 31 de dezembro o saldo do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar, que garante os subsídios por morte e as pensões de reforma e sobrevivência do extinto Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas (grupo fechado) era de 290.733,02 euros, com 263.065,35 euros de reservas matemáticas.

No fecho do exercício o valor patrimonial do Fundo Norberto Lopes, criado para suportar o Prémio de Reportagem de imprensa com o nome do instituidor, era de 38.287,24 euros.

O quadro seguinte sintetiza a evolução do valor patrimonial dos fundos autónomos sob gestão da Casa da Imprensa:

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

	2012 (€)	2011 (€)	Dif ^a	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	13.846.274,74	13.544.930,68	301.344,06	2,2%
Fundo Autónomo do Subsídio Complementar	290.733,02	302.841,89	-12.108,87	-4,0%
Fundo Norberto Lopes	38.287,24	37.126,58	1.160,66	3,1%
Total	14.175.295,00	13.884.899,15	290.395,85	2,1%

Movimentos entre fundos

A Casa da Imprensa liquidou o remanescente de uma dívida histórica da modalidade de Cuidados de Saúde Primários ao Fundo de Ação Social, no valor de 173.715,85 euros, conforme estava refletido no balanço a 31 de dezembro de 2011.

O montante liquidado corresponde ao capital em dívida e à perda de rendibilidade correspondentes a adiantamentos feitos pelo FAS ao então designado Fundo de Assistência Médico-Medicamentosa por conta de reembolsos a receber da Administração Regional de Saúde de Lisboa. A última amortização tinha sido feita em 2010.

O CA decidiu também fazer uma dotação extraordinária de 34.675,00 euros, transferida do Fundo de Ação Social a favor do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar,

de modo a cobrir as responsabilidades do FASC relativamente aos pensionistas do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas. Um primeiro reforço, de 14.500 euros, havia já sido feito em 2011, sendo necessário proceder a outros nos próximos anos para manter o equilíbrio do FASC.

A transferência agora realizada teve em conta um estudo atuarial realizado pelo Montepio Geral, na sequência do qual a CI decidiu adotar bases técnicas mais atuais na gestão do FASC.

Por regularizar mantém-se a dívida de 711.192,43 euros do extinto Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas à Casa da Imprensa relativa ao adicional da publicidade.

Após intervenção do Tribunal de Contas, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), que geria o fundo, interrompeu em 2008 as transferências que

realizava com as verbas que retinha da publicidade que fazia nos jornais diários, conforme tinha sido acordado com a Casa da Imprensa.

Consignação do IRS, donativos e benefícios prescritos

No exercício de 2012 a Casa da Imprensa recebeu da administração fiscal 28.012,95 euros relativos à consignação do IRS da coleta de 2010, liquidada em 2011. Foi a primeira vez que a CI beneficiou da consignação do IRS.

Por decisão do Conselho de Administração, a verba foi rateada pelas modalidades de saúde, na proporção do esforço dos associados no financiamento das mesmas (22.638,70 euros para a modalidade de Cuidados de Saúde Primários e 5.836,51 euros para a modalidade de Internamento Hospitalar).

Igual destino teve o donativo de 150,00 euros dum asso-

ciado que, por decisão judicial, pôde escolher entre o pagamento duma coima e a entrega duma contribuição a favor duma instituição privada de solidariedade social e que optou por esta segunda hipótese e escolheu a Casa da Imprensa como destinatária.

Foram contabilizados como receitas da modalidade de Capital Pagável por Morte 1.231,30 euros correspondentes a benefícios prescritos. A prescrição verificou-se por dois subscritores da modalidade falecidos há mais de seis anos não terem indicado beneficiários e não ter sido possível identificar herdeiros ou familiares.

Reestruturação da carteira de ativos financeiros

A reestruturação da carteira de ativos financeiros, iniciada em 2010 e destinada principalmente a resgatar aplicações sem capital garantido, foi concluída no final do exercício com a alienação da totalidade das unidades de participação do Fundo VIP (fundo imobiliário aberto) ainda detidas pela Casa da Imprensa.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor nominal das aplicações financeiras do conjunto dos fundos sob gestão era de 15.814.692,18 euros.

Deste total, 136.964,99 euros (0,9% do total) correspondiam a depósitos à ordem (devido à liquidação de títulos nos últimos dias do ano) e 1.588.200,00 (10,0%) a depósitos a prazo.

O valor das Obrigações do Tesouro era de 4.940.000,68 euros (31,2% do valor total da carteira) e o das obrigações da Caixa Geral de Depósitos e das obrigações de

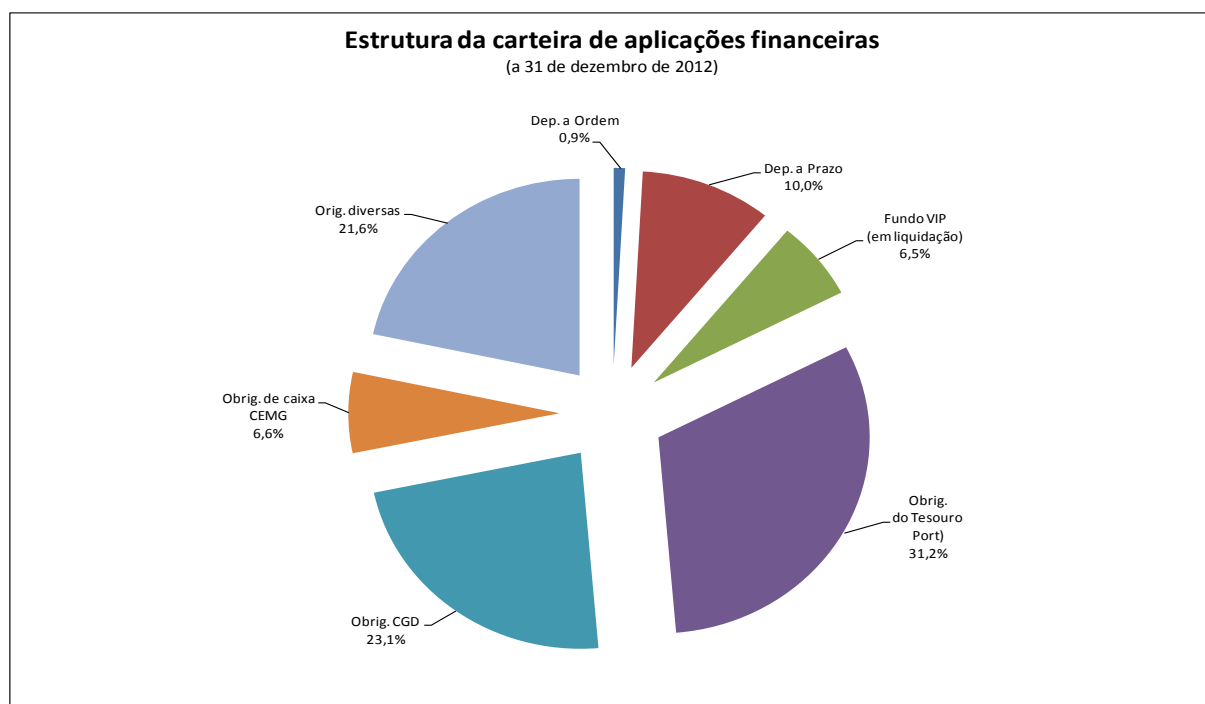
caixa da Caixa Económica do Montepio Geral, respetivamente, de 3.650.000,00 (23,1%) e 1.050.000,00 (6,6%).

As unidades de participação (UP) do Fundo VIP, no valor de 1.029.926,51 euros (6,5%) tinham já sido integralmente resgatadas, mas estavam ainda em liquidação financeira.

Obrigações diversas, de entidades portuguesas e estrangeiras, tinham o valor nominal de 3.419.600,00 euros (21,6% do total).

Faziam parte da carteira títulos de dívida de 27 emittentes de 12 países, correspondentes a 38 emissões, quase todas (com exceção de duas, há muitas detidas pela CI e com maturidades a 2013 e 2014) com taxa fixa.

O gráfico seguinte mostra a estrutura da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012.



9. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	1.884
Nº de Trabalhadores	9
Total do Ativo	16.858.744,77 €
Fundos	1.641.792,46 €
Reservas	14.052.109,71 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	93.368,54 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	39.759,10 €
Resultado líquido	39.759,10 €

10. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhes dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, pelo acompanhamento ao trabalho realizado;
- o Conselho Geral, pelo seu contributo para a discussão das orientações estratégicas da Casa da Imprensa;
- os membros do Conselho de Administração anterior, pela forma como prepararam a transmissão de responsabilidades e pela disponibilidade manifestada após a

cessação de funções;

- a Fundação AstraZeneca, pela manutenção da iniciativa Prémio de Jornalismo na Área da Saúde Mental, que cumpriu a sua terceira edição;
- os associados em geral, pela sua participação na vida associativa;
- os membros do corpo clínico dos Serviços de Saúde e dos Serviços Sociais, em Lisboa e no Porto, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;
- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e dedicação à Casa da Imprensa.

11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de 39.759,10 euros da

conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	8.316,65 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	2.790,12 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	9.204,28 €
Fundo Permanente de Capital Pagável por Morte	15.472,14 €
Fundo de Reserva Geral	3.975,91 €

12. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. Um voto de louvor e reconhecimento às instituições, empresas e pessoas referidas no ponto 10.
2. Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Adelino Duarte Alves, David Gonçalves Lopes, Manuel Guilherme do Nascimento Pereira

Lage, Luís Filipe Nascimento Nunes Duarte, Fernando Manuel Oliveira Dias, Manuel Carlos Câncio Matos Veiga, Fernando Manuel Carneiro Pereira, José Carlos Jorge Coelho Dias, Manuel António Mota de Pina e Gracinda Tiago Veiga Bravo.

Lisboa, 13 de março de 2013

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (Presidente)

Lurdes Ferreira (Vice-Presidente)

Carlos Lobato (Vogal)

Margarida Gomes (Vogal)

Sandro Arruda (Vogal)

C.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 5	255.205,00	298.344,28
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 5	62.324,80	62.324,80
Propriedades de investimento	3.2.2 e 6	5.665,23	7.290,90
Ativos intangíveis	3.2.3 e 7	9.421,08	15.615,60
Investimentos financeiros	3.2.4 e 16.2	1.244.200,81	1.444.902,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		1.576.816,92	1.828.477,69
Ativo corrente			
Inventários	3.2.5 e 9	19.022,40	18.912,38
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 16.3	1.092,26	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 13.1	9.297,66	19.686,53
Outras contas a receber	3.2.6 e 13.2	14.682.258,69	14.328.856,38
Diferimentos	13.2	3.223,90	2.962,30
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3.2.6 e 13.3	567.032,94	445.925,62
		15.281.927,85	14.816.343,21
Total do Ativo		16.858.744,77	16.644.820,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.7 e 16.1		
Fundos		1.641.792,46	1.655.931,42
Excedentes técnicos			
Reservas		14.052.109,71	13.684.548,58
Resultados transitados	2.4	(578,35)	(867,55)
Excedentes de revalorização		90.795,23	90.795,23
Outras variações nos fundos patrimoniais		62.324,80	62.324,80
		15.846.443,85	15.492.732,48
Resultado líquido do período		39.759,10	(13.268,82)
Total do fundo de capital		15.886.202,95	15.479.463,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas	3.2.8 e 11	166.367,83	172.233,01
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		166.367,83	172.233,01
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.6 e 13.4	38.466,43	56.103,09
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 16.3	6.191,37	6.458,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 13.1	4.746,70	5.647,60
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.5	720.713,78	720.886,61
Outras contas a pagar	3.2.6, 8 e 13.5	36.055,71	204.028,26
Outros passivos financeiros			
		806.173,99	993.124,23
Total do passivo		972.541,82	1.165.357,24
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16.858.744,77	16.644.820,90

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Lurdes Ferreira (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Margarida Gomes (vogal)
Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas
Luísa Pereira
 (TOC 3301)

CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	3.2.10 e 10	435.785,88	429.295,15
Subsídios, doações e legados à exploração	12	29.706,51	31.065,95
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(882,84)	(202,14)
Fornecimentos e serviços externos	16.4	(131.839,76)	(182.384,98)
Gastos com o pessoal	3.2.11 e 14	(217.831,62)	(216.061,26)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.8 e 11	5.865,18	(3.224,49)
Outras imparidades (perdas/reversões)	16.2	(382,51)	
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	3.2.10 e 10	183.108,81	149.614,49
Outros gastos e perdas	16.5	(210.161,11)	(174.713,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		93.368,54	33.389,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 7	(53.609,44)	(46.658,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39.759,10	(13.268,82)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		39.759,10	(13.268,82)
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.9		
Resultado líquido do período		39.759,10	(13.268,82)

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Lurdes Ferreira (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Margarida Gomes (vogal)
Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas
Luísa Pereira
 (TOC 3301)

CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

Rubricas	Períodos	
	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	300.602,45	291.122,54
Pagamentos de subsídios	3.952,00	5.400,00
Pagamentos de apoios	3.073,79	7.858,01
Pagamento de bolsas	4.500,00	2.700,00
Pagamentos a fornecedores	296.442,60	249.355,20
Pagamentos ao pessoal	233.939,56	236.458,16
Caixa gerada pelas operações	(241.305,50)	(210.648,83)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	25.881,41	2.112,89
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(215.424,09)	(208.535,94)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	10.605,19	46.257,50
Activos intangíveis	2.637,85	16.400,31
Investimentos financeiros	648.374,15	466.965,38
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	653.788,88	457.525,68
Outros activos	83.427,27	56.787,44
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	86.941,86	67.866,46
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	162.540,82	52.556,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	132.474,32	140.276,42
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento	53.633,73	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	78.840,59	140.276,42
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	25.957,32	(15.703,13)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.075,62	26.778,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	37.032,94	11.075,62

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Lurdes Ferreira (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Margarida Gomes (vogal)
Sandro Arruda (vogal)

A Técnica Oficial de Contas
Luísa Pereira
 (TOC 3301)

CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA												
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2011												
UNIDADE MONETÁRIA: EURO												
DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	1.615.779,33		13.397.056,56			90.795,23	62.324,80	44.164,01	15.210.119,93		15.210.119,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		40.152,09		287.492,02					(44.164,01)	283.480,10		283.480,10
	2	40.152,09	0,00	287.492,02	0,00	0,00	0,00	0,00	(44.164,01)	283.480,10	0,00	283.480,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(13.558,02)	(13.558,02)		(13.558,02)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(57.722,03)	269.922,08	0,00	269.922,08
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												0,00
Subsídios, doações e legados												0,00
Outras operações												0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3+5	1.655.931,42	0,00	13.684.548,58	0,00	0,00	90.795,23	62.324,80	(13.558,02)	15.480.042,01	0,00	15.480.042,01

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2012												
UNIDADE MONETÁRIA: EURO												
DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	1.655.931,42	0,00	13.684.548,58	0,00	0,00	90.795,23	62.324,80	(13.558,02)	15.480.042,01	0,00	15.480.042,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					(867,54)					(867,54)		(867,54)
Alterações de políticas contabilísticas				37.126,58						37.126,58		37.126,58
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		(14.138,96)		330.434,55	289,19				13.558,02	330.142,80		330.142,80
	7	(14.138,96)	0,00	367.561,13	(578,35)	0,00	0,00	0,00	13.558,02	366.401,84	0,00	366.401,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								39.759,10	39.759,10		39.759,10
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								53.317,12	406.160,94	0,00	406.160,94

O Conselho de Administração
 J. Goulart Machado (presidente)
 Lurdes Ferreira (vice-presidente)
 Carlos Labata (vogal)
 Margarida Gomes (vogal)
 Sandro Amada (vogal)

A Técnica Oficial de Contas
 Luísa Pereira
 (TOC 3301)

FAS - FUNDO DE AÇÃO SOCIAL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

<i>RUBRICAS</i>	<i>DATAS</i>	
	<i>31-12-2012</i>	<i>31-12-2011</i>
ACTIVO		
Activo não corrente		
Investimentos financeiros	12.231.633,52	11.581.948,10
	12.231.633,52	11.581.948,10
Activo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6.799,22	7.082,30
Outras contas a receber	531.100,89	674.745,90
Caixa e depósitos bancários	1.109.327,89	1.315.607,25
	1.647.228,00	1.997.435,45
Total do activo	13.878.861,52	13.579.383,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	13.544.930,68	13.260.012,41
Resultados transitados	(2.210,51)	(2.210,51)
	13.542.720,17	13.257.801,90
Resultado líquido do período	301.344,06	284.918,27
Total do fundo de capital	13.844.064,23	13.542.720,17
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1.904,50	5.137,50
Outras contas a pagar	32.892,79	31.525,88
Total do passivo	34.797,29	36.663,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	13.878.861,52	13.579.383,55

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

<i>RENDIMENTOS E GASTOS</i>	<i>PERÍODOS</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>
Vendas e serviços prestados	0,00	0,00
Custos inerentes a associados	(138.401,54)	(91.681,18)
Custos da prestação de serviços	(132.224,32)	(154.500,04)
Fornecimentos e serviços externos	(32.735,25)	(31.460,70)
Provisões (aumentos/reduções)	(58.087,19)	(55.307,81)
Outras imparidades (perdas/reversões)	27.653,94	23.636,79
Juros obtidos	635.138,42	605.993,74
Outros gastos e perdas	0,00	(11.762,53)
Resultado líquido do período	301.344,06	284.918,27

FASC - FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2012	31-12-2011
ATIVO		
Activo não corrente		
Investimentos financeiros	289.350,00	254.675,00
	289.350,00	254.675,00
Activo corrente		
Pensionistas	794,51	(93,49)
Outras contas a receber	5.442,99	20.354,04
Caixa e depósitos bancários	2.516,96	29.881,30
	8.754,46	50.141,85
Total do activo	298.104,46	304.816,85
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	318,78	1.756,95
Resultados transitados	5.519,65	5.519,65
	5.838,43	7.276,60
Resultado líquido do período	27.348,89	(1.438,17)
Total do fundo de capital	33.187,32	5.838,43
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	244.329,24	274.165,58
Subsídio por Morte	18.736,11	22.837,88
	263.065,35	297.003,46
Passivo corrente		
Outras contas a pagar	1.851,79	1.974,96
	1.851,79	1.974,96
Total do passivo	264.917,14	298.978,42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	298.104,46	304.816,85

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2012	2011
Subsídios, doações e legados à exploração	34.675,00	14.500,00
Fornecimentos e serviços externos	(1.876,83)	(1.997,94)
Pensões	(50.127,98)	(48.544,00)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	33.938,11	21.844,05
Outras imparidades (perdas/reversões)	371,00	750,00
Juros obtidos	10.369,59	12.009,72
Resultado líquido do período	27.348,89	(1.438,17)

FNL - FUNDO NORBERTO LOPES
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

<i>RUBRICAS</i>	<i>DATAS</i>	
	<i>31-12-2012</i>	<i>31-12-2011</i>
ATIVO		
Activo corrente		
Outras contas a receber	385,10	385,39
Caixa e depósitos bancários	38.474,06	37.313,11
Total do activo	38.859,16	37.698,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	37.126,58	41.023,10
Resultados transitados	571,92	571,92
	37.698,50	41.595,02
Resultado líquido do período	1.160,66	(3.896,52)
Total do fundo de capital	38.859,16	37.698,50
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	38.859,16	37.698,50

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

<i>RENDIMENTOS E GASTOS</i>	<i>PERÍODOS</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>
Fornecimentos e serviços externos	(250,00)	(276,38)
Prémios	0,00	(4.615,38)
Juros obtidos	1.410,66	995,24
Resultado líquido do período	1.160,66	(3.896,52)

D.

ANEXO

1 — Identificação da Entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 — Sede

Rua da Horta Seca nº 20, em Lisboa

1.3 — Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de Abril de 1905, pessoa coletiva nº 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso nº 6726-B/2011 de 10 de Março.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2011. Os elementos comparativos de 2011 foram reexpressos de acordo com o previsto na adoção da NCRF-ESNL pela primeira vez.

2.4 — Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória

Até 31 de Dezembro de 2011 a Entidade elaborou as demonstrações financeiras de acordo com os PCGA anteriores previstos no PCAM. O balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com a NCRF-ESNL. Em razão desta alteração resultou a anulação do montante registado a título de “Marcas e Patentes” no imobilizado incorpóreo, em sede de PCAM e o seu reconhecimento em resultados transitados.

Ajustamentos de Transição em 31 de Dezembro de 2011	
Capital Próprio PCAM	15.480.042,01
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	(578,35)
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	15.479.463,66

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando

sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Para isso a Entidade reclassificou todos os saldos de 31.12.2011 de acordo com o novo normativo contabilístico.

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 20 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitam de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. Todas as formulações da nota anterior, referente aos ativos fixos tangíveis, têm a mesma aplicação aqui: custos incluídos no preço de aquisição, critérios de depreciação, vidas úteis e taxas, despesas de conservação e reparação, desreconhecimento e revalorizações.

3.2.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.4 – Investimentos financeiros

A Entidade, em consonância com os princípios contabilísticos da consistência e da prudência, tendo como premissa que os seus investimentos são classificados como “carteira a vencimento”, havendo a garantia de capital na maturidade, mantém os critérios de valorização dos títulos:

- a mensuração dos títulos faz-se ao custo de aquisição;
- nas aquisições acima do par, é constituída provisão pelo valor do prémio; esta provisão é objeto de especialização até à maturidade;
- não reconhece em resultados o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento.

O desreconhecimento ocorre na maturidade. Nas aquisições abaixo do par a mais valia é reconhecida na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

3.2.5 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.6 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Ajustamentos de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 30 dias e 3 anos, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Englobam-se sob este título os fornecedores de imobilizado e os empréstimos obtidos de outros fundos geridos pela Entidade. Estas dívidas estão registadas pelo valor nominal e não vencem juros.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónimo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

3.2.8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.9 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC.

3.2.10 - Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

As rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento referem-se ao arrendamento do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.11 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de Dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em Janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de Dezembro.

Regista também o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de Janeiro e na Lei nº 16/2001, de 22 de Junho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1. De acordo com o novo normativo contabilístico em 2012 foram reclassificados alguns itens (programas de computador reconhecidos agora em intangíveis, equipamentos básicos em administrativos) e ajustadas as vidas úteis esperadas (dos edifícios e de grandes reparações).

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto						
	Saldo em 31/12/2011	Ajustamentos de transição	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2012
Bens do património histórico e artístico e cultural	62.324,80					62.324,80
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	128.906,73					128.906,73
Edifícios e outras construções	906.520,74	(346.858,15)				559.662,59
Equipamento básico	86.206,35	(32.662,12)				53.544,23
Equipamento administrativo	205.850,00	(49.530,48)	2.516,62			158.836,14
	<u>1.389.808,62</u>	<u>(429.050,75)</u>	<u>2.516,62</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>963.274,49</u>

Depreciações Acumuladas						
	Saldo em 31/12/2011	Ajustamentos de transição	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2012
Outros ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	763.693,85	(340.087,27)	36.235,07			459.841,65
Equipamento básico	66.915,76	(23.157,67)	1.960,79			45.718,88
Equipamento administrativo	175.623,43	(42.899,31)	7.460,04			140.184,16
	<u>1.006.233,04</u>	<u>(406.144,25)</u>	<u>45.655,90</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>645.744,69</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2012 e 2011 (ajustadas) foram as seguintes:

Gastos com Depreciações		
	2012	2011
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	36.235,07	30.165,66
Equipamento básico	1.960,79	1.985,03
Equipamento administrativo	7.460,04	9.515,51
	<u>45.655,90</u>	<u>41.666,20</u>

6. Propriedades de investimento

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos na nota 3.2.2. De acordo com o novo normativo contabilístico em 2012 foram reclassificados alguns itens, entre os quais o edifício da Rua do Loreto em Lisboa, totalmente arrendado e ajustadas as vidas úteis esperadas (dos edifícios e de grandes reparações).

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto						
	Saldo em 31/12/2011	Ajustamentos de transição	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2012
Edifícios e outras construções		354.723,19				354.723,19
	-	354.723,19	-	-	-	354.723,19

Depreciações Acumuladas						
	Saldo em 31/12/2011	Ajustamentos de transição	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2012
Edifícios e outras construções		347.432,29	1.625,67			349.057,96
	-	347.432,29	1.625,67	-	-	349.057,96

As depreciações escrituradas nos períodos de 2012 e 2011 (ajustadas) foram as seguintes:

Gastos com Depreciações		
	2012	2011
Edifícios e outras construções	1.625,67	453,18
	1.625,67	453,18

7. Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.3. Foram reclassificados os programas de computador nesta rubrica e desreconhecido o item marcas e patentes. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto						
	Saldo em 31/12/2011	Ajustamentos de transição	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2012
Marcas e patentes	2.891,80	-2.891,80				-
Programas de computador	-	74.327,56	133,35			74.460,91
	2.891,80	71.435,76	133,35	-	-	74.460,91

Amortizações Acumuladas						
	Saldo em 31/12/2011	Ajustamentos de transição	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2012
Marcas e patentes	2.313,45	-2.313,45				-
Programas de computador	-	58.711,96	6.327,87			65.039,83
	2.313,45	56.398,51	6.327,87	-	-	65.039,83

E as amortizações escrituradas nos períodos de 2012 e 2011 (ajustadas) foram as seguintes:

Gastos com Amortizações		
	2012	2011
Activos Intangíveis		
Programas de computador	6.327,87	4.538,76
	6.327,87	4.538,76

8. Custos de Empréstimos Obtidos

A Entidade tinha uma dívida para com o Fundo de Ação Social, resultante de diversos movimentos ocorridos entre 2000 e 2007. Em 2008 foi consolidado o seu montante e apurados juros por perdas de rendibilidade, por entidade externa, totalizando um e outro 474.590,39€. O pagamento escalonado da dívida começou em 2008 terminando no corrente exercício, com o pagamento de 173.715,85€.

9. Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição ("100 Anos de história", "Jornalistas Pais e Filhos", "Os meus 50 anos no DN", são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

Inventários					
	Inventário em 31/12/2011	Compras	Reclassificações e regularizações	Vendas	Inventário em 31/12/2012
Medalhas	7.725,79				7.725,79
Livros	11.186,59	1.000,00	7,14	882,84	11.296,61
	<u>18.912,38</u>	<u>1.000,00</u>	<u>7,14</u>	<u>882,84</u>	<u>19.022,40</u>
Custo das mercadorias vendidas					<u>882,84</u>

10. Rédito

O rédito reconhecido pela Entidade em 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Réditos		
	2012	2011
Prestação de serviços	435.785,88	429.295,15
Quotizações e joias	219.914,75	208.099,45
Credenciais e Senhas de consulta	82.485,41	80.606,68
Fundos	132.474,32	140.276,42
Vendas	911,40	312,60
Outros rendimentos e ganhos	102.018,88	71.752,99
Rendas	78.341,50	49.069,60
Cedência de salas	15.153,36	14.839,96
Outros	8.524,02	7.843,43
Juros	81.089,93	77.861,50
Juros de depósitos	23.652,38	12.728,98
Juros de outras aplicações	57.437,55	65.132,52
	<u>618.894,69</u>	<u>578.909,64</u>

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos ou passivos contingentes, nem provisões genéricas.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

Provisões Matemáticas				
	Saldo em 31/12/2011	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2012
Capital por Morte	172.233,01		5.865,18	166.367,83
	<u>172.233,01</u>	-	<u>5.865,18</u>	<u>166.367,83</u>

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

Fundo Permanente de Capital por Morte			
	Património Líquido	Provisões Matemáticas	Grau de cobertura
Capital por Morte	315.302,10	166.367,93	189,52%
	<u>315.302,10</u>	<u>166.367,93</u>	

12. Subsídios e outros apoios

Não foram recebidos quaisquer subsídios, no período em análise.

Foram no entanto recebidos outros apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração		
	Valor atribuído	
	2012	2011
Doações	150,00	31.065,95
Benefícios prescritos	1.543,60	-
Consignação fiscal - IRS	28.012,91	-
	<u>29.706,51</u>	<u>31.065,95</u>

13. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros encontram-se descritas na nota 3.2.6. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

13.1 Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentava os seguintes saldos:

Associados		
	2012	2011
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	2.225,80	1.584,25
De 4 a 12 meses	2.821,70	8.758,30
Mais de 12 meses	915,00	3.508,24
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	2.712,54	1.275,00
De 4 a 12 meses	893,06	1.832,51
Mais de 12 meses	408,91	1.442,85
	<u>9.977,01</u>	<u>18.401,15</u>

Beneficiários		
	2012	2011
Capital por morte		
Até 1 ano	2.400,00	800,00
De 2 a 5 anos	2.346,74	3.304,00
Mais de 5 anos	-	1.543,60
	<u>4.746,74</u>	<u>5.647,60</u>

13.2 Outras contas a receber e Diferimentos Ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a seguinte decomposição:

Outras Contas a Receber		
	2012	2011
Fornecedores (saldos contrários)		
Adiant. e outras operações com o pessoal	799,61	
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	40.135,50	60.480,93
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711.192,43	711.192,43
Outros	13.237,50	2.915,00
Fundos	<u>13.916.893,65</u>	<u>13.554.268,02</u>
	<u>14.682.258,69</u>	<u>14.328.856,38</u>

Diferimentos		
	2012	2011
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	3.223,90	2.962,30
	<u>3.223,90</u>	<u>2.962,30</u>

13.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários		
	2012	2011
Caixa	1.400,00	1.400,00
Depósitos à ordem	35.632,94	9.675,62
Depósitos a prazo	530.000,00	434.850,00
	<u>567.032,94</u>	<u>445.925,62</u>

13.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores		
	2012	2011
Fornecedores gerais	12.160,06	19.164,32
Médicos e Entidades convencionadas	26.306,37	36.938,77
	<u>38.466,43</u>	<u>56.103,09</u>

13.5 Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outras Contas a Pagar		
	2012	2011
Corrente		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	28.664,63	28.519,12
Outros acréscimos de gastos	7.391,08	5.079,96
Outros Credores		
Fundos	-	170.429,18
	<u>36.055,71</u>	<u>204.028,26</u>

Diferimentos		
	2012	2011
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	9.521,21	9.363,98
Adicional de Publicidade	711.192,57	711.192,57
Outros	-	330,06
	<u>720.713,78</u>	<u>720.886,61</u>

14. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2012 foi de 9 pessoas (igual a 2011).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal		
	2012	2011
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0
Remunerações do pessoal	164.782,35	164.982,14
Encargos sobre Remunerações	34.826,30	33.701,29
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1.576,52	1.843,33
Outros gastos com Pessoal	16.646,45	15.534,50
	<u>217.831,62</u>	<u>216.061,26</u>

Durante o ano de 2012 houve eleições para a titularidade dos Órgãos Associativos, tendo havido alterações da sua composição:

Número de membros dos Órgãos Sociais		
	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

Como foi explanado no anexo de 2011, a Casa da Imprensa recebeu em Setembro de 2011 uma citação da Segurança Social informando que lhe tinha sido instaurado um processo de execução fiscal, por falta de pagamento de contribuições no valor de 309,33€. Esta alegada dívida não tem razão de existir e, apesar das inúmeras reclamações sem resposta, a conselho dos advogados procedemos ao seu pagamento para não ser impeditivo de despacho favorável ao pedido de consignação fiscal à Autoridade Tributária. Não só não obtivemos ainda resposta da Segurança Social como a Autoridade Tributária indeferiu o pedido.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais					
	Saldo em 31/12/2011	Ajustamentos de transição	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2012
Fundos					
Capital por Morte	85.712,59			396,97	86.109,56
Cuidados de Saúde Primários	1.476.620,13			(19.367,48)	1.457.252,65
Solidariedade Associativa	36.341,63			4.292,31	40.633,94
Internamento Hospitalar	57.257,07			539,24	57.796,31
Reservas Legais	139.299,12			580,94	139.880,06
Outras Reservas					
Fundo de Ação Social	13.544.930,68		301.344,06		13.846.274,74
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	318,78		27.348,89		27.667,67
Fundo Norberto Lopes			38.287,24		38.287,24
Resultados transitados		(867,54)		289,19	(578,35)
Excedentes de revalorização	90.795,23				90.795,23
Outras variações no capital próprio	62.324,80				62.324,80
Resultado Líquido do exercício	<u>(13.558,02)</u>	<u>289,19</u>	<u>39.759,10</u>	<u>13.268,83</u>	<u>39.759,10</u>
	<u>15.480.042,01</u>	<u>-578,35</u>	<u>406.739,29</u>	<u>-</u>	<u>15.886.202,95</u>

16.2 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros				
	Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2012
Obrigações do Tesouro	893.542,06		58.567,15	834.974,91
Obrigações diversas	153.872,16	51.090,00	94.468,00	110.494,16
Obrigações de Caixa		300.000,00		300.000,00
Seguro de Capitalização	293.856,91		293.856,91	-
U.P. Fundo VIP	104.516,73		104.516,73	-
	1.445.787,86	351.090,00	551.408,79	1.245.469,07

De acordo com os critérios explicados na nota 3.2.4. a entidade não reconhece nas suas demonstrações financeiras as menos valias potenciais. No entanto reconhece uma imparidade sempre que o valor de aquisição é superior ao valor nominal do título e faz a especialização dessa imparidade ao longo da maturidade do título, para que na data de vencimento a menos valia obtida já se encontre provisionada.

Assim, as perdas por imparidade são detalhadas conforme se segue:

Perdas por Imparidade				
	Saldo em 31/12/2011	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2012
Obrigações do Tesouro	885,75			885,75
Obrigações diversas		382,51		382,51
	885,75	382,51	-	1.268,26

A entidade divulga que o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento atingiu em 2012 o valor de 11.902,76 (311.180,22 em 2011), com a seguinte distribuição:

– Obrigações do Tesouro – 11.195,40 (303.556,06 em 2011)

– Título B.N.P. Paribas 777 – 2ª tranche – 707,36 (7.624,16 em 2011)

As unidades de participação no Fundo VIP, que detinha em 31.12.2011, que eram a única aplicação sem capital garantido, foram transferidas a preços de mercado para o Fundo de Ação Social, para amortização do empréstimo referido na nota 7.

16.3 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos		
	2012	2011
Saldos Devedores		
Retenção imposto s/ rendimento		
IVA - A Recuperar	679,69	
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Segurança Social	412,57	
	1.092,26	-
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	2.652,26	2.754,62
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Segurança Social	3.539,11	3.704,05
	6.191,37	6.458,67

16.4 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2012 e 2011, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos		
	2012	2011
Trabalhos especializados	12.261,33	11.625,27
Publicidade e propaganda	276,91	18.900,62
Honorários	41.435,00	43.459,32
Conservação e reparação	9.251,71	6.956,79
Outros	9.417,62	8.165,25
Materiais	10.083,38	5.616,16
Energia e fluidos	9.870,86	7.901,62
Deslocações, estadas e transportes	5.094,16	5.131,85
Comunicação	10.282,67	8.967,60
Seguros	2.330,07	1.643,74
Contencioso e notariado	344,96	135,54
Despesas de representação	5462,65	13068,46
Limpeza, higiene e conforto	12787,41	14573,38
Outros serviços	2941,03	36162,39
	131.839,76	182.307,99

16.5 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas		
	2012	2011
Impostos	1.248,87	1.218,39
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	3.200,00	2.400,00
Bolsas de Estudo	4.500,00	2.700,00
Internamento Hospitalar	35.933,78	18.619,43
Cuidados de Saúde Primários	157.222,36	134.796,22
Outros	8.056,10	14.979,37
	210.161,11	174.713,41

16.6 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 7 de Março de 2013

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (Presidente)
Lurdes Ferreira (Vice-Presidente)
Carlos Lobato (Vogal)
Margarida Gomes (vogal)
Sandro Arruda (Vogal)

A Técnica Oficial de Contas

Luísa Pereira
(TOC 3301)

E.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício de 2012 da Casa da Imprensa – Associação Mutualista, apresentados pelo Conselho de Administração.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu às verificações que considerou adequadas e debateu com o CA todos os assuntos que ambos os órgãos entenderam oportunos.

O Conselho Fiscal analisou também o relatório da auditoria efetuada pelo revisor oficial de contas e a certificação legal de contas.

O Conselho Fiscal considera que o relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração reflete a atividade desenvolvida pela associação no exercício de 2012 e que as demonstrações financeiras que o acompanham apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira da Casa da Imprensa.

O Balanço e a Demonstração de Resultados são assinados pela técnica oficial de contas da Casa da Imprensa e validados por auditoria externa realizada pelo revisor oficial de contas, que emitiu a competente certificação.

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, nomeadamente com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL). Os dados relativos ao Balanço e à Demonstração de Resultados do exercício anterior (2011) foram reexpressos de acordo com as novas normas contabilísticas, pelo que são comparáveis.

Perante o exposto, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao relatório de gestão e propõe à Assembleia Geral que o mesmo seja aprovado, tal como as demonstrações financeiras que o acompanham e a proposta de aplicação de resultados, que está em conformidade com as obrigações legais e estatutárias.

Lisboa, 26 de março de 2013.

Nuno Ribeiro (Presidente)

Helder Carvalho Martins (Secretário)

Inês Rapazote (Relatora)